

“A Integração do Negro na Sociedade de Classes”: uma difícil via crucis ainda a caminho da redenção

Autor: Florestan Fernandes

Resenhado por: Gilcerlândia Pinheiro de Almeida Nunes (UFRN)¹

Florestan Fernandes teve sua vida dedicada aos estudos de Sociologia, à docência e à educação de forma mais ampla (ele acreditava que os educadores deveriam ser engajados na tarefa da transformação social), e à militância política². Para a Sociologia brasileira trouxe inovações muito importantes, como a introdução da reflexividade com a qual foi permitido descortinar algumas produções teóricas sobre a realidade social brasileira e as reler, de forma crítica. No conjunto de obras que Florestan produziu durante sua vida acadêmica, nota-se sempre a preocupação com a realidade social das minorias. Algumas obras importantes podem ser citadas, como: **Organização social dos tupinambá** (1949) e **A função social da guerra na sociedade tupinambá** (1952), ambas são indispensáveis para os que se interessam em conhecer as sociedades indígenas brasileiras; **Fundamentos empíricos da explicação sociológica** (1959), uma obra considerada clássica na sociologia do autor e essencialmente epistemológica; **A integração do negro na sociedade de classes** (1964), livro que será aqui resenhado, é parte de uma obra publicada em dois volumes, mas ambos tratam com presteza das relações raciais brasileiras, e será melhor debatida no decorrer do trabalho; e ainda, **A revolução burguesa** (1975), uma obra que faz os leitores ter contato com uma interpretação interessante sobre o Brasil pós-colonial. Esta é apenas uma

- 1 Aluna do Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, bolsista do CPQq e orientanda da Profa. Dra. Maria Lúcia Bastos Alves.
- 2 Florestan esteve envolvido em movimentos políticos e graças a isso foi exilado no Canadá no período da Ditadura militar no Brasil onde se tornou professor de Sociologia da Universidade de Toronto. Além disso, foi eleito duas vezes deputado pelo Partido dos Trabalhadores, dando sempre ênfase, em seu trabalho, à educação pública e de qualidade.

pequena amostra do legado que Florestan Fernandes deixou não só para a Sociologia brasileira, mas para todo o meio científico que se interesse em conhecer os temas pesquisados por ele.

No livro **A integração do negro na sociedade de classes**, Florestan tenta reconstruir o drama que o negro vivera na difícil adaptabilidade aos moldes da sociedade de trabalho livre (nos anos que sucederam à Abolição), fruto de um passado rústico e degradante social, cultural e moralmente. Para isso, ele utiliza-se de dados empíricos coletados em épocas distintas, muitas histórias de vida que são mostradas no decorrer de todo o livro. Seguindo sempre com uma análise sobre as informações apresentadas, Florestan constrói uma argumentação bastante interessante porque, naquele momento utiliza-se de uma pluralidade metodológica, fato não corriqueiro para a época.

Em muitos momentos da obra, encontrar-se-ão também as chamadas de outros pesquisadores, como Roger Bastide (antigo mestre), e utilização de dados estatísticos coletados por esses através de censos de diferentes anos. Essas informações o ajudarão a compreender o desajustamento social do ex-cativo na sociedade inclusiva. Poder-se-ia falar de uma análise qualitativa/quantitativa.

O livro é dividido em três capítulos, e logo na primeira parte, o autor começa tratando dos temas: trabalho livre, importância dos imigrantes na diminuição das oportunidades de trabalho para os ex-cativos e evolução urbana como fator preponderante para o desajustamento do negro. No segundo capítulo, irão aparecer os diferentes níveis de desorganização que o “elemento negro” enfrentou e seus efeitos, além do chamado “*déficit* negro”. No último capítulo, a principal intenção do autor é mostrar que o encontro dos negros, mulatos e brancos tinha sido desde o princípio deformador, e que não era possível se pensar que o cruzamento ou o processo de branqueação que ocorrera no “meio negro” havia sido tão eficiente para se pensar numa “democracia racial”.

Florestan localiza seu trabalho na cidade de São Paulo. E, de forma cuidadosa, vai tecendo as transformações que ocorreram na vida urbana no final do século XIX e início do XX e o lugar que os ex-cativos tiveram nessa sociedade burguesa emergente.

Quando começa a decair o modo de produção escravocrata, os senhores de algumas localidades, que já não viviam a prosperidade econômica de outrora, começaram a se livrar de parte da mão-de-obra servil, mesmo antes da Abolição que vem a ocorrer em 13 de maio de 1888. Houve, por esta época, uma migração considerável de negros e mulatos para as áreas urbanas à procura de melhorias. São Paulo vai abrigar uma população composta por mais da metade de homens e mulheres de pele escura. Por outro lado, o centro urbano que se formava era essencialmente “burguês” e, portanto, de mentalidade mercantil. Ansiosos por dias prósperos, viam, na figura do imigrante europeu, a oportunidade de superar o atraso brasileiro. Ou seja, naquele momento a introdução do regime capitalista (influência do liberalismo econômico) produz novos moldes de relações sociais e, principalmente, de trabalho.

Essas formas de relações irão causar muito sofrimento na adaptação dos recém- libertos negros e mulatos às novas circunstâncias para as quais foram irreversivelmente empurrados. Não havia mais um lugar para eles; sua importância acabara com o fim da escravidão. Ora, o negro não estava acostumado a muitas coisas, inclusive, à liberdade. Depois de tanta dor diante da exploração cativa, longe das escolas, do encontro com o outro, fosse ele branco ou mesmo negro, o despreparo moral e material era real e inevitável. Diante do infortúnio experimentado pelo “meio negro,” irá se registrar (nas décadas seguintes a Abolição) um “*déficit* negro” perceptível na cidade de São Paulo. Florestan irá analisar alguns dados censitários e fazer algumas considerações sobre as causas da baixa demográfica do “elemento negro”. Em primeiro lugar, ele esclarece que a baixa no índice vegetativo não fora tão alarmante, nem aconteceu pelas causas que se imaginou durante muito tempo. E, para ser bem compreendida, deveria ser pensado em conformidade com a alteração da estrutura demográfica da cidade de São Paulo. Ou seja, a cidade vai receber no período do final do século XIX e início do século XX uma grande quantidade de imigrantes europeus (brancos), e isso vai representar um salto enorme na população de São Paulo. Por outro lado, o cruzamento entre as raças (como parte de um processo de branquização), mesmo sendo pequeno, também terá sua importância. Muitos indivíduos de pele mais clara e de condições socioeconômicas melhores irão mudar de categoria racial e, algumas vezes aceitos, inclusive, em relações matrimoniais pelos brancos. Finalmente, e não menos importante, a discrepância das informações sobre a cor das crianças nos registros de nascimento. Muitas crianças mulatas eram declaradas como brancas ao nascer mas os óbitos continuaram sendo fiéis à cor dos indivíduos. Dessa forma, começou a ter um número muito pequeno de nascimentos discrepantes em relação ao número de mortes. No entanto, como já fora mencionado, o decréscimo na população de cor existiu, mas não atingiu proporções alarmantes e também não foi causado por inadaptabilidade dos negros e mulatos às precárias condições de existência em relação aos brancos. Esse não foi o maior problema que os negros e mulatos enfrentaram em sua luta por sobrevivência no mundo do branco.

As localidades com nível de produção menor garantiram aos negros e mulatos um aprendizado melhor das relações de trabalho, mas mesmo assim eles encontraram graves problemas estruturais à sua frente, como: o não querer submeter-se a trabalhos degradantes que lhes lembrassem o passado recente e, por outro lado, os antigos senhores não conseguiam se relacionar com ex-escravos como homens livres. Esse desentendimento acarretou um sério problema, principalmente para os negros e mulatos, já que os produtores possuíam a alternativa da força de trabalho dos imigrantes europeus que, por sinal, eram seus preferidos por motivos, como: estarem mais afeitos aos trabalhos livres, e por demonstrarem responsabilidades no cumprimento das cláusulas contratuais, conhecimento técnico superior, e serem acostumados com o modo de produção capitalista na Europa. Os negros, por seu lado,

não compreendiam aquela nova lógica de produção e desejavam dispor de sua força de trabalho e de seu tempo. Ao recusarem tacitamente aquele novo regime, o negro e o mulato passaram a ser tidos como indivíduos irresponsáveis, inúteis, vagabundos e incapazes de cumprir acordos.

Dessa forma, a luta dos negros por um espaço naquela sociedade era desumana; estavam sozinhos “abandonados à própria sorte”. O Estado, por sua vez, não propôs nenhum plano de assistência que visasse à inclusão dos ex-cativos na nascente sociedade de classes. Eles precisavam competir com a quantidade de libertos existente, com o “inimigo” imigrante mais bem estruturado, contra o preconceito que decaía sobre seus ombros pela sua recente história de escravidão e, principalmente, pelo seu *habitus* (no sentido bourdieusiano), mediante a socialização, a que fora submetido.

O imigrante bem mais preparado compete, inclusive, com brancos por posições; sua intenção de fazer fortuna o ensinara a se esforçar arduamente e a poupar. Aos poucos, os estrangeiros foram ocupando mais e mais espaços no comércio, na arquitetura, no artesanato, entre outras atividades. Sua notoriedade foi despontando muito rapidamente, enquanto que os negros e mulatos continuaram perdidos durante várias décadas. A “transplantação do negro” pelo imigrante torna-se então inevitável diante das transformações ocorridas no meio urbano e na visível ineficiência do primeiro em relação às aquelas necessidades.

A mudança de “estado social” não trouxera consigo a “redenção da raça negra” e os negros e mulatos custaram a perceber isso. Eles haviam sido expropriados de sua condição de dependentes e, submissos, recebido o peso de seu destino, mas não os meios para lidar com essa realidade. Sua única direção foi à marginalização, diante do desamparo real. Incorporar-se à escória do operariado urbano ou procurar no “‘ócio dissimulado’, na ‘vagabundagem sistemática’ ou na ‘criminalidade fortuita’ meios para salvar as aparências e a dignidade de ‘homem livre’”. (p. 28) Como esperar então um outro comportamento, se o chamado “elemento negro” não tivera tempo de adaptar-se às novas formas sociais através da vivência. A Constituição de 1891 celebra igualdade jurídica a todos os brasileiros. No entanto, não dá as condições para que a democracia se realize de forma ampla. Dessa forma, a igualdade jurídica não significará muita coisa para o meio negro que continuará sofrendo a desigualdade real e cruel.

Entretanto, como Florestan, deve-se lembrar que nem os proprietários, nem os imigrantes podem ser responsabilizados diretamente pela exclusão dos negros e mulatos da participação nos papéis socioeconômicos importantes, sejam como agentes ou beneficiários na vida urbana. A realidade social que experimentaram no cativeiro e que viveram na pós-Abolição é que não proporcionou a devida adaptação ao modelo capitalista que se desenvolvia rapidamente. Daí se pode entender o porquê do “comportamento irracional” do liberto, e pensá-lo como uma forma dinâmica de ajustamento à nova

realidade que lhes era totalmente adversa. Já que a escravidão não fora capaz, ou não era de seu interesse formar o escravo moralmente, ao contrário, o deformou.

O cativo sempre representou um perigo constante; por esse motivo, fora afastado continuamente de qualquer “florescimento da vida social organizada” e, conseqüentemente, afastado da preparação necessária para sua futura imersão em uma sociedade urbana com características competitivas, onde não era ator protagonista e, talvez, nem mesmo coadjuvante. E como liberto não estava consciente de como agir e formar um querer coletivo. Viu então sua forma cultural ser calada, pervertida pelo branco diante de seus olhos e não possuía força suficiente para proteger-se. Como Florestan, “o que há de ruim com os fracos é que eles não possuem força suficiente para se unirem, com o objetivo de combater as razões de sua fraqueza” (p. 222).

Após a Abolição teve-se a formação de dois blocos distintos do “elemento negro”: os chamados “negros da casa grande” e os “negros do eito”. Mesmo tendo ambos passado pela condição de escravos não trilharam a princípio o mesmo caminho.

Os últimos tiveram uma história mais degradante, tendo em vista que suas vivências como escravos foi através do trabalho rústico da lavoura e só isso sabiam fazer. Não conseguiam ler ou escrever e tão pouco possuíam protetores brancos que lhes indicassem para algum cargo ou lhes presenteasse com alguma roupa que pudesse causar boa impressão. Nesse grupo, as mulheres tiveram mais sucesso na busca por trabalhos. Umas domésticas, outras trabalhando como lavadeiras, engomadeiras, costureiras (em suas próprias moradias), entre outras ocupações passaram a ser quase que totalmente as provedoras dessa parte do “elemento negro” na condição de “servidão disfarçada”. O homem negro ou mulato, com dificuldades de se enquadrar no sistema de trabalho se mantém através de ocupações temporárias e nas horas vagas exercita sua vivência em grupo nos botequins, terrenos baldios e bares em geral. Mesmo não sendo o ponto central dos encontros, o álcool começa a aparecer com certa frequência e levando muitos negros à decadência através do alcoolismo. Esses encontros serviam para que esses homens compartilhassem suas desgraças, capacitando-lhes a pensar sobre sua situação através da exploração da experiência humana, mas também, e talvez principalmente, para diminuir as tensões entre negros e brancos e, não permitir que houvesse um conflito aberto entre esses.

Um dos pontos indicados do desequilíbrio deste grupo é o desajuste da instituição família. Os arranjos familiares não constituíam uma unidade como os da sociedade inclusiva. Pais, mães e filhos não possuíam um elo forte de ligação e responsabilidades recíprocas. Além disso, a proximidade das

moradias³ trouxe um outro problema grave, a promiscuidade sexual. Como conseqüência, a freqüência de mães solteiras, a presença de doenças venéreas (adultos e crianças) e filhos com pais desconhecidos. As crianças (meninos e meninas), ao presenciarem os segredos da vida sexual desde cedo, acabavam tendo sua iniciação precocemente por volta de cinco e seis anos. E, nem sempre eram somente as crianças entre si, mas houve muitos abusos de meninos e meninas em relações heterossexuais e homossexuais.

Os adultos (homens e mulheres), frutos daquele meio desestruturado, eram empurrados para o estilo de vida “não-ordeiro”. Roubos, prostituição, vagabundagem acabavam sendo solução imediata dos problemas financeiros que a grande maioria tinha que carregar durante toda a vida. Aqueles que se aventuravam nesse caminho eram, geralmente, jovens audaciosos, que conseguiam romper com a ordem social excludente. Muitos conseguiam êxito rápido e essa era a recompensa esperada.

Por outro lado, “os negros da casa grande”, como Fernandes, tiveram um pouco mais de chances na sociedade competitiva. Alguns podiam ler, escrever e possuíam amigos brancos ou o próprio ex-senhor o ajudava indicando para cargos públicos. Os trabalhos não eram os mesmos reservados aos brancos, eram tarefas de faxina, chofferes ou outras de mesmo nível, mas ofereciam certa segurança e respeito em comparação com os “negros do eito”.

Entretanto, a chamada “elite negra” também viveu os problemas do meio negro, mas de forma diferenciada. Ela adotou para si um estilo de vida composto de hábitos tradicionais que não eram mais harmônicos com os moldes da sociedade urbana individualista nascente. Era polida e diferente dos negros malandros, mas não era um estilo de vida equivalente ao do branco. Por este motivo, a “família negra integrada” proporcionou para si uma segregação indesejada e com isso acabou sofrendo uma paralisação em seu desenvolvimento.

Eles souberam se proteger dos amigos e parentes “encostados” (“parasitismo ultradestrutivo e implacável”), da influência negativa dos “negros reles”, mas não faziam parte da sociedade inclusiva. Precisaram tomar muitas precauções para não permitir que sua imagem fosse associada a do negro “não-ordeiro”. Para isso, sua organização familiar era marcada de extrema rigidez. O homem, chefe de família, era como pequeno “déspota doméstico”. Ele se sentia ultrajado com a necessidade de sua esposa trabalhar e só permitia isto em último caso, geralmente, quando o problema já tinha tomado propor-

3 Geralmente em quartos de cortiços, com pouca iluminação e ventilação, péssimas condições de higiene e pouca privacidade.

ções desastrosas. Em casos de “infelicitação” de uma filha, esta era expulsa de casa e o caminho que lhe restava costumava ser a prostituição.

Diante de toda preocupação com os perigos apresentados pela facilidade da vida malandra, pelos estímulos eróticos entre outras pressões sociais capazes de fazer desmoronar a estrutura da “família integrada”, os pais viviam ansiosos com o “bom encaminhamento” de seus filhos e filhas. As mulheres, como boas esposas, e os homens, como chefes de família responsáveis.

Os desajustamentos encontrados no “meio negro,” em geral, apontam para um anseio de participação na vida social e econômica da sociedade inclusiva “como gente”. Fernandes informa ainda que o estilo de vida burguês individualista e competitivo em São Paulo era incompatível com as formas de vida rústicas daqueles povos despreparados e desamparados pelo poder público. Usufruir daquele modelo social do branco estava cada vez mais distante de suas realidades. A herança do negro e do mulato não os inviabilizava a economia de subsistência, mas por outro lado era incompatível com a rapidez do desenvolvimento capitalista urbano.

Como fazer parte de um momento histórico de uma sociedade sem participar como agente de criação e reprodução desta? Como preparar os jovens para viver num espaço de segregação, esperando e desejando sua ascensão social, mas ao mesmo tempo tendo que protegê-los dos perigos que iriam enfrentar no contato perigoso com os negros “não-ordeiros” e com os brancos?

A organização da vida do negro dependia do desenvolvimento econômico e social, entretanto, as oportunidades que tinham não eram compatíveis com suas necessidades. E, por outro lado, os negros e mulatos sofreram a falta de escolarização. As crianças não eram colocadas na escola por vários motivos, inclusive, com o intuito de que esses não viessem a se desapontar no futuro quando percebessem que seus sonhos tinham limites e apostar muito alto além de suas possibilidades reais era perda de tempo.

O “elemento negro,” ao se manter neutro em relação ao ingresso de seus filhos na escola, perdeu a oportunidade de lhes preparar para lidar com as dificuldades que normalmente encontrariam, e, dessa forma, possuírem alguma arma para lutar por melhores colocações, melhores salários e respeito. Essa neutralidade trouxe influência negativa ao futuro dos negros e mulatos, mas eles custaram a perceber isso. Quase meio século havia se passado e esses “homens de cor” ainda não haviam conseguido delimitar um espaço para si na sociedade capitalista; em contrapartida, os imigrantes já haviam se instalado e conquistado espaços importantes para si e para seus descendentes. É preciso considerar que a história de ambos é bastante diferente. Cada um com suas especificidades, mas é inegável as dificuldades de ajustamento enfrentadas pelo “meio negro” em relação a todos os outros grupos.

Sendo assim, é impensável a idéia de um povo brasileiro único, uma “democracia racial” como pensou alguns autores naquele momento histórico (início a meados do século XX). Os negros nunca

fora totalmente excluído da sociedade de classes, nunca houve um conflito aberto, mas o fato é que também nunca foram tratados como iguais. A liberdade que receberam com a Abolição foi incompleta, não passou do plano jurídico. Nas inter-relações sempre estiveram presentes as marcas herdadas da escravidão. E a não constituição de um conflito racial aberto permitiu a criação mítica da idéia de “democracia racial”, conceito que Florestan entende como falsa ideologia e tenta desmascarar nesta obra. Entretanto, autores mais atuais, como Da Matta e Peter Fry, já pensam que mesmo a idéia de “democracia racial” não sendo correspondente à realidade, mas é muito cara à população brasileira. Dessa forma, não pode ser desprezado simplesmente⁴. O conceito deve ser pensado sim, e é necessário encontrar saídas para o entendimento entre os grupos sem necessidade de tentar inaugurar polaridade entre as raças no Brasil.

O conteúdo do livro de Florestan Fernandes é imprescindível a todos aqueles que se interessam pelo tema “raças” e outros que se sintam apenas impelidos pela curiosidade. Deve-se estar ciente de que é uma pesquisa que não deve ser generalizada a todas as regiões brasileiras (e o autor adverte para isso), já que a situação da cidade de São Paulo possui algumas peculiaridades, as quais foram trabalhadas no decorrer do texto. É uma obra que merece todo o respeito e dedicação do caro leitor!

REFERÊNCIA

FERNANDES, Florestan. **A integração do negro na sociedade de classes**. 3. ed. São Paulo: Ática, 1978, v. 1.

- 4 Informações contidas em artigo de Andréas Hofbauer (Professor do Departamento de Antropologia e Sociologia da Unesp, Campus Marília). HOFBAUER, Andréas. **Ações afirmativas e o debate sobre racismo no Brasil**. Lua Nova, n. 68, 2006. Disponível no site: <http://www.scielo.br>.